

MACONHA

Chance de distinguir usuário de traficante

Entidades policiais admitem: decisão do STF que define até 40g para o porte deve reduzir a condução de pessoas às delegacias para assinar autos de flagrante

» RENATO SOUZA
» ÂNDREA MALCHER

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que descriminaliza o uso e o porte de maconha para fins pessoais impacta diretamente a segurança pública. De acordo com o entendimento da Corte, quem for flagrado com 40g de cannabis ou mantiver em casa seis plantas fêmeas, não comete crime. Entidades policiais admitem que a decisão do STF deve reduzir a condução de pessoas às delegacias apenas para assinem autos de prisão em flagrante.

O uso da maconha continua sendo caracterizado como ilícito administrativo e até que seja publicado o acórdão do STF — o que pode levar aproximadamente 70 dias —, continua valendo a redação atual da lei. Assim, os usuários flagrados com qualquer quantidade de maconha podem ser levados para dar explicações.

Nos distritos policiais (DPs), os usuários assinam o Termo Circunstanciado de Ocorrência, documento que registra o flagrante e faz com que a pessoa abordada se comprometa a comparecer em juízo. Com a nova definição pelo STF, o TCO não poderá mais ser usado para fins penais,

ser anotado na ficha criminal ou resultar em qualquer punição legal. Ainda poderão ser aplicadas multas, determinação para comparecimento em cursos de conscientização, entre outras medidas administrativas.

Vale salientar que após publicado o resultado do julgamento do STF, se uma pessoa for abordada com mais do que as 40g previstas, poderá responder a processo por tráfico — cuja pena prevista é de cinco a 15 anos de prisão. Segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), publicado em maio do ano passado, 33% dos casos de condenação por tráfico de maconha estão abaixo das 40g. Em relação à quantidade de processos em que houve apreensão da droga, 37% seriam impactados.

Diferenciação

Talles Murilo, presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal (Sinpol), afirma que a decisão do STF pouco altera o trabalho da corporação — que é investigativo e não de segurança ostensiva. “O foco da polícia sempre foi a investigação detalhada e criteriosa para distinguir usuários de

» Mutirão vai analisar casos

Após a descriminalização do porte de maconha em pequenas quantidades pelo Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça está preparando um mutirão para desencarcerar detentos presos por carregar as quantidades da droga agora permitida. Há 6.343 processos que aguardavam a decisão do STF para decretar a pena definitiva dos réus. A organização do mutirão foi determinada no mesmo julgamento que reconheceu, na terça-feira, que o porte de 40g maconha para consumo próprio não é crime.

traficantes, independentemente da quantidade de drogas envolvida”, observa.

Ele destaca que a preocupação é em combater o tráfico. “É fundamental ressaltar que é pelas investigações que os policiais conseguem estabelecer essa diferenciação. Em muitos casos já documentados, a polícia dispõe de evidências robustas que

demonstram claramente o tráfico, mesmo quando a quantidade de droga apreendida é mínima”, afirma.

Juliana Guimarães, especialista no mercado de cannabis, destaca que existe diferença entre descriminalização e legalização do uso. “O uso de cannabis não é mais entendido como um crime, mas sim ilícito administrativo. Ficou também decidido outros parâmetros que não haviam, como o porte de até 40g ou seis pés. Isso traz mais clareza na aplicação da lei, mas não é legalização. Não se poderá fazer uso de cannabis em ambientes públicos abertos”, frisa.

Fernando Finger Santiago, consultor de negócios de cannabis e presidente do Clube Social de Cannabis do Distrito Federal, destaca que a mudança fará as pessoas perderem o medo de serem criminalizadas. “Deixou de ser crime (o uso de maconha). Mas o THC ainda é proibido pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) — ou seja, continua ilícito. Os ministros deixam claro que não se pode incentivar o uso em local público, mas, dentro de casa, está a liberdade individual e o direito a privacidade”, lembra. **(Com Agência Estado)**

Reprodução/Freepik



Após publicado o resultado do STF, se uma pessoa for abordada com mais do que as 40g previstas poderá responder a processo por tráfico

Decisão incomoda governo e oposição

» ÂNDREA MALCHER

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de descriminalizar o porte e a posse de até 40g ou seis plantas fêmeas de maconha para consumo próprio causou incômodo no Congresso. Não apenas por causa da definição de um critério para a distinção entre usuários e traficantes, mas, sobretudo, porque os parlamentares consideraram que o Poder Judiciário mais uma vez se intrometeu em um assunto que está sendo tratado pelo Legislativo.

A oposição ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva começou a se mobilizar para acelerar a tramitação, na Câmara, da PEC das Drogas — já aprovada no Senado —, numa tentativa de confrontar a decisão do STF. “Sou 100% favorável à PEC das drogas. É um assunto que tem que ser necessariamente votado e decidido pelo Parlamento, não é pelo Supremo. Estamos articulando para que, na semana que vem, a matéria seja instalada. Nossa meta é votarmos o texto no plenário da casa até antes da

eleição municipal. Espero que a gente tenha uma maioria considerável de votos”, frisou o líder da oposição na Câmara, Filipe Barros (PL-PR).

A PEC das Drogas está parada na Casa porque o presidente Arthur Lira (PP-AL) determinou que uma comissão especial para a análise da matéria fosse instalada. A proposta é de autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que a apresentou tão logo o tema começou a ser analisado pelo STF.

O deputado Ricardo Salles (PL-SP), que relatou o texto na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara, disse ser contra a descriminalização das drogas, “inclusive a maconha, não importa a quantidade”. “Aliás, é no parlamento que esses temas devem ser decididos e não no Judiciário”, salientou.

Sem revanchismo

A deputada e presidente do PT, Gleisi Hoffmann (PR), concordou em parte com os parlamentares da oposição. Alinhou-se ao presidente Luiz Inácio Lula



Sou 100% favorável à PEC das drogas. É um assunto que tem que ser votado e decidido pelo Parlamento, não é pelo Supremo. Nossa meta é votarmos o texto no plenário da casa antes da eleição municipal. Espero que a gente tenha uma maioria considerável de votos”

Deputado Filipe Barros (PL-PR), líder da oposição na Câmara

da Silva quando disse que o STF “não precisa se meter em tudo” e frisou que o Legislativo “tem sim de defender suas prerrogativas”. Mas discordou contra aquilo

que classifica como “espírito de revanchismo”, que tem levado o Congresso a tomar decisões apenas para se opor o Supremo.

“A decisão do STF em diferenciar usuário, ou dependente de maconha, de quem é traficante não pode servir de pretexto para retrocessos no Congresso, como é o caso da PEC das Drogas aprovada no Senado, e que agora entrou na agenda da Câmara. É um tema que exige um debate sério envolvendo toda a sociedade, e que levou quase 10 anos para ser decidido pelo STF. O Legislativo tem, sim, de defender suas prerrogativas, mas não é com açodamento nem com espírito de revanche”, salientou.

Para o cientista político Leonardo Barreto, a decisão do Supremo contraria o desenho da tripartição do poder — a desconcentração do poder entre Judiciário, Legislativo e Executivo. Ele observa que os ministros da Corte acabam “criando políticas públicas, chegando ao extremo de delimitar um percentual da quantidade de maconha que é considerada apenas para consumo e não para tráfico”.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Datena embola a disputa eleitoral em São Paulo

Pesquisa Genial Quaest, divulgada ontem, sobre as eleições para a Prefeitura de São Paulo, roubou as atenções políticas em Brasília, porque mostra um surpreendente empate técnico entre o prefeito Ricardo Nunes (MDB), com 22% de intenções de votos, o deputado federal Guilherme Boulos (PSol), com 21%, e o apresentador José Luiz Datena (PSDB), com 17%. Os três estão embolados na margem de erro da pesquisa, que é de 3% para mais ou para menos.

Com Datena, o PSDB renasce das cinzas, como fênix, no seu berço histórico, a capital paulista. O apresentador comemorou o resultado da pesquisa: “Ficou claro que a cidade procura uma alternativa. Quero ser prefeito para tirar o crime organizado da prefeitura e dos serviços públicos. O PCC não vai mais mandar nos ônibus de São Paulo”, afirmou. Segundo o diretor da Quaest, Felipe Nunes, Datena é o mais rejeitado entre os pré-candidatos, mas também é o mais conhecido.

Segundo ele, a rejeição pode desestimular o apresentador, embora sua arrancada tenha sido muito e forte e lhe garanta uma posição competitiva quando começar a propaganda de rádio e tevê — ainda mais sendo um experiente comunicador.

Datena aparece como o mais rejeitado, com 51%; Boulos, com 41%; e Nunes, 38%. “Nunes e Boulos aparecem com potencial de voto (conhece e votaria) e rejeição (conhece e não votaria) muito parecidos, com uma pequena vantagem para o atual prefeito. Os outros candidatos ainda têm pelos menos 50% de desconhecimento, mas vale notar que todos tem rejeição maior que potencial de voto”, avalia o diretor da Quaest.

Nunes vai melhor entre homens, idosos e pessoas que estudaram até o ensino fundamental. Boulos, entre mulheres, pessoas entre 35 e 59 anos e com ensino superior. Entre as pessoas que ganham até dois salários mínimos, Datena aparece em primeiro lugar, com 26% das intenções de voto. Neste segmento, Nunes tem 18% e Boulos, 13%. Sem Datena e o influencer Pablo Marçal (PRTB) na corrida, Nunes salta para 30% das intenções de voto. Nesse caso, Boulos aparece com 25%.

Datena rebate os comentários de que pode desistir, como em outras vezes. Embalado pelo resultado das pesquisas, diz que desta vez irá até o fim. O presidente do PSDB de São Paulo, o ex-senador José Aníbal, artífice da candidatura, registrou sua satisfação com o resultado, que segundo ele “surpreendeu os aliados”. A decisão de romper a aliança com Nunes, que foi vice de Bruno Covas e assumiu a Prefeitura de São Paulo quando ele morreu, logo após ser reeleito, rachou o PSDB paulistano. Os oito vereadores tucanos deixaram a legenda para permanecer na base do prefeito.

Datena subtrai votos de todos os candidatos, mas os mais prejudicados pela sua candidatura foram Marçal, que está com 10%, e Tábata Amaral (PSB), com 6%. Segundo a pesquisa, Marina Helena (Novo) tem 4%; Kim Kataguirí (União Brasil), 3%; João Pimenta (PCO) e Ricardo Senese (UP), 1%; Altino (PSTU) e Fernando Fantauzzi (DC), 0% — indecisos são 7%. Nenhum/branco/nulo representam 8% dos eleitores. Foram ouvidos 1.002 pessoas, presencialmente, entre 22 e 25 de junho. O nível de confiança é de 95% e o número de registro na Justiça Eleitoral é SP-08653/2024.

Terceira via

As eleições municipais costumam ser polarizadas por adversários locais, num esquema “situação x oposição” que independe dos partidos, exceto nas maiores cidades. Por essa razão, a disputa pela Prefeitura de São Paulo é o epicentro da polarização entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que apoia Boulos, e o ex-presidente Jair Bolsonaro, aliado de Nunes, coadjuvado pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos). Nem o PT e nem o PL tem candidatos na capital.

Lula indicou a ex-prefeita Marta Suplicy, que voltou ao PT, para vice de Boulos. Bolsonaro colocou como vice de Nunes o coronel ferrabrás da Polícia Militar paulista Ricardo Mello Araujo, ex-comandante da Rota.

Entretanto, a pesquisa mostra que a disputa não está tão polarizada, porque deixou Datena como uma opção de terceira via. Nesse cenário, Marçal, bolsionista raiz, que até então era a grande surpresa eleitoral, atrapalha o projeto de Nunes. O influencer promove cursos de desenvolvimento pessoal pela internet e subtrai os votos da extrema direita que Nunes pretende atrair.

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, faz o que pode e oferece o que não pode para que o Marçal desista da candidatura a prefeito e apoie Nunes, em troca de garantia de legenda e apoio para disputar o Senado em 2026.

Esta situação mais ou menos se repete, mas com sinal trocado, no campo da centro-esquerda. A candidatura de Tábata, que já havia sido ultrapassada por Marçal, foi enfraquecida pela chegada de Datena. Seu projeto era uma candidatura de centro-esquerda, capaz de chegar ao segundo turno e derrotar quem vier pela frente, fosse Nunes ou Boulos.

Esse projeto acabou fragilizado, antes mesmo de uma campanha começar. A possibilidade de que Tábata venha a ser candidata a vice de Datena é remota.